



Máquina de barrar CPI

Daniela Nahass
Olimpio Cruz Neto
Da equipe do **Correio**

O governo federal desembarcou ontem no Congresso com uma tropa de choque para tentar evitar a CPI da Corrupção. Alçado à condição de general-de-exército, Francisco Dornelles (PPB-RJ) pediu demissão do Ministério do Trabalho e reassumiu a cadeira de deputado. A mais devastadora munição dos governistas é a rubrica "restos a pagar" do Orçamento da União. São R\$ 3,4 bilhões destinados a financiar gastos com obras em emendas de parlamentares e outros investimentos federais nos estados. No Palácio do Planalto, reunido com 12 ministros, um marechal analisava as condições do teatro de operações. Era o presidente Fernando Henrique Cardoso, que estava abatido por ter de lidar com tantas e tão diversas denúncias de corrupção em seu governo. "Não pode ter esta CPI", decretou, dando ordem à dúzia de auxiliares para que comesse a agir.

Os R\$ 3,4 bilhões são sobras dos orçamentos passados, de 1999 e 2000. Emendas parlamentares que o governo não liberou naqueles anos, e pode liberar agora, usando um recurso chamado no jargão orçamentário de "restos a pagar". A arma está sendo usada. Apenas on-

tem foram liberados R\$ 11,1 milhões, de acordo com levantamento do gabinete do deputado Agnelo Queiroz (PC do B-DF). "Essa é a forma mais covarde e promíscua que um governo tem para agir", criticou o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, acusando o Palácio do Planalto de praticar fisiologismo. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), negou que esteja ocorrendo fisiologismo. Mas confirmou que o Planalto está disposto a tudo. "Para evitar que o país seja alvo de especuladores, nesse momento de risco que a economia brasileira está passando, sou a favor de usar todas as armas", disse. "O governo tem sido essencialmente flácido com os infelizes, tem sido até frouxo".

EMPENHO

A aparente falta de controle sobre o processo político, que parecia ter atordoad o governo até o início da semana, reverteu-se. "Quem mantiver a assinatura será considerado meu adversário e assim será tratado", avisou o presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a tentativa de esvaziar a CPI que levou o governo a promover a volta do ministro Francisco Dornelles à Câmara.

Dornelles desembarcou na manhã de ontem para reassu-

mir seu mandato. Encontrou colegas de partido durante o ato de filiação do deputado Ricardo Fiúza (ex-PFL-PE) e, enquanto andava pelos corredores, ia conversando com os parlamentares que encontrava pelo caminho. A volta de Dornelles foi recebida com entusiasmo pelo líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). "Dornelles, você veio para salvar a República!", saudou.

Também alguns secretários de Estado voltaram para o Congresso. Assim como Dornelles, a missão é colocar os seus suplentes na incômoda posição de assistir — sem esboçar reação — à retirada de suas assinaturas em apoio às investigações de corrupção dentro do governo. O mesmo poderá ocorrer se o deputado Mário Assad (PFL-MG), suplente do ministro dos Esportes, Carlos Melles (PFL-MG), resolver assinar a CPI. "Se o meu suplente assinar, eu volto", disse. Assim como Dornelles, Melles passou boa parte do dia fazendo contatos com parlamentares no Congresso. "A presença dos ministros nos ajuda muito", disse o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE).

O que era para ser uma festa da oposição, que trouxe para Brasília além de Lula os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, acabou se transfor-

mando num pequeno baile. A promessa de adesão de 200 deputados e 30 senadores à CPI, como chegou a anunciar a oposição, não se confirmou. Em vez do número grandioso, que daria folga aos que defendem a apuração dos casos de corrupção, a oposição apresentou apenas o apoio de 183 deputados e 29 senadores. São necessárias as assinaturas de 171 deputados e 27 senadores para instalar a CPI.

DUAS PARCELAS

A margem é pequena, porque a pressão do governo deu resultados imediatos. Pelo menos três assinaturas da base governista caíram ainda ontem. Suplente de Dornelles, a deputada Alcione Athayde (PPB-RJ), apesar do gesto de apoio às investigações, viu-se sem a assinatura ao pedido de CPI com o retorno do ministro à Câmara. Os deputados Oswaldo Biolchi (PMDB-RS) e Luciano Bivar (PSL-PE) também anunciaram que retirariam suas assinaturas. O governo espera esvaziar pelo menos 20 assinaturas dos governistas que aderiram à CPI.

A pressão psicológica e a ameaça de retaliação do governo surtiram efeitos também sobre outros parlamentares. O deputado Augusto Nardes (PPB-RS) confirmou que recebeu o seguinte recado dos líde-

res governistas: nada de dinheiro para as suas bases, caso mantenha sua assinatura. Outros quatro parlamentares da bancada do PPB gaúcho viram que a guerra é para valer. A promessa garantida de que assinariam virou apenas isso. Uma promessa. Os deputados Fetter Júnior, Júlio Redecker, Luís Carlos Heinze e Telmo Kirst desistiram do apoio.

Como parte do aviso a Nardes, o governo lhe fez um agrado para provar que poderia ser o último. Na segunda e na terça-feiras, liberou duas parcelas de uma emenda cujo empenho era ainda de dezembro de 1999. A primeira parcela de R\$ 40 mil, e a segunda de R\$ 25 mil. Ambas as parcelas atenderam ao município de Santiago, no Rio Grande do Sul. A emenda de 1999 era justamente de Augusto Nardes: previa R\$ 80 mil para a melhoria das condições habitacionais no município.

A sacolinha de moedas correu frouxa nos últimos três dias. O governo liberou desde a segunda-feira nada menos que R\$ 37 milhões da rubrica do Orçamento para financiamento pela Caixa Econômica dos programas sociais. Para a prefeitura de Teresina, o Planalto mandou liberar, apenas ontem, cerca de R\$ 1,1 milhão. A prefeitura de Campina Grande recebeu R\$ 336 mil.